

---

**PROJETO DE LEI Nº 016/2022-LE, DE 06/06/2022**

**AUTOR: VEREADOR VANDERLEI BAIOTO**

**EMENTA: ALTERA A LEI Nº 495, DE 10 DE SETEMBRO DE 1996, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O CTG – CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS “PORTEIRA DA TRADIÇÃO”, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**PARECER:**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Vereador Vanderlei Baioto, que pretende alterar a Lei Municipal nº 495/1996, que declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas – CTG “Porteira da Tradição”.

A justificativa do Projeto, prevê que a alteração visa tão somente atualizar o número de CNPJ da entidade, a fim de continuar garantindo os benefícios da lei e evitando qualquer problema futuro.

O Projeto veio acompanhado de documentos que comprovam a necessidade e justificativa, razão pela qual, neste momento, não se vislumbra nenhum óbice ou ilegalidade para sua tramitação. Todavia, cabem aos Vereadores, após minuciosa análise das Comissões Permanentes desta casa, analisarem se o presente Projeto se coaduna com os anseios dos munícipes.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, in verbis:

“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que



**orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei.** Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) Sem grifo no original.

É o parecer, que ora submeto, à apreciação dos Vereadores e das Comissões permanentes desta colenda Casa de Leis.

Salvo melhor juízo, este é o Parecer.

Campo Novo do Parecis, MT, 06 de Junho de 2022.

**JOÃO CARLOS GEHRING JUNIOR**

**OAB/MT 24.318 – O**

**ASSESSOR JURÍDICO**